

Política de economia solidária: limites e possibilidades de institucionalização em Mato Grosso - Brasil

Sandro Benedito Sguarezi¹

Professor Adjunto

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

e

Juliano Luis Borges²

Doutorando em Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Resumo

A economia solidária surge como uma forma de organização econômica que visa criar alternativas para a população marginalizada e excluída pelo capitalismo. A inclusão social, através dessa vertente econômica, vem sendo considerada como corresponsabilidade do Estado. Assim, diferentes sujeitos sociais estão se mobilizando para a consolidação de uma política pública específica em todos os níveis de governo. De acordo com esse cenário, o objetivo do texto é apresentar uma análise sobre o processo de institucionalização da política de economia solidária em Mato Grosso, Brasil, e os desafios políticos e sociais para sua implementação. O papel dos movimentos sociais, da universidade e do parlamento estadual foi importante para aprovação da legislação, todavia o processo não foi esgotado, gerando novos embates para a formação de espaços públicos que poderão dar maiores condições de participação e deliberação para efetivação da política estadual.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária, Política Pública, Mato Grosso.

Abstract

The solidarity economy emerges as a form of economic organization that seeks to create alternatives to the marginalized and excluded by capitalism. Social inclusion through this economic sphere has been considered as co-responsibility of the State. Thus, different social subjects are moving to the consolidation of a particular policy at all levels of government. Under this scenario, the objective of this paper is to present an analysis of the institutionalization of policy solidarity economy in Mato Grosso, Brazil, and the political and social challenges to its implementation. The role of social movements, the university and the state parliament was important for passing legislation, however the process was not exhausted producing new collisions for the formation of public spaces that may provide better conditions of participation and deliberation for the execution of policy.

KEYWORDS: Solidarity Economy, Policy, Mato Grosso.

1 Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pesquisador Membro do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT/UNEMAT). Possui várias publicações sobre economia solidária e foi organizador em parceria de três volumes dos livros da Série Sociedade Solidária, publicados pela Editora UNEMAT. Coordenou o primeiro Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Economia Solidária do Brasil (2006 a 2008).

2 Pesquisador Associado do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Atualmente é Sociólogo da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Mato Grosso, onde foi Coordenador do Núcleo de Políticas para Economia Solidária (NUPES). Tem publicações na área de sociologia e economia solidária e organizou em parceria de dois volumes dos livros da Série Sociedade Solidária, publicados pela Editora UNEMAT.

Introdução

As mudanças na estrutura econômica provocadas pelo ideário neoliberal vêm acarretando profundos impactos nas condições de trabalho, excluindo parcela significativa da população das possibilidades de geração de renda e qualidade de vida. Na contra-mão dessa investida, os movimentos sociais encontraram na economia solidária e na autogestão uma alternativa viável e possível para devolver a dignidade do trabalho e constituir arranjos na produção, comercialização, finanças e consumo, de forma mais igualitária e sustentável. A essa ideia estão se juntando, além dos trabalhadores diretos, intelectuais, instituições universitárias, órgãos públicos e organizações não governamentais, com o objetivo de melhor organizar e desenvolver empreendimentos econômicos solidários.

O avanço da economia solidária não depende somente de seus agentes internos, mas de todo um aparato que apóie sua implementação, seu processo de constituição e sua capacidade de auto-sustentação. Isso está atrelado na afirmação de princípios vividos cotidianamente, através de uma luta cidadã, da ocupação de espaços públicos existentes e da busca por novas formas de debate e discussão.

A economia solidária vem assumindo um *status* significativo no Brasil nas últimas anos, por meio da criação de empreendimentos autogestinários e formação do movimento da economia solidária, organizado através de fóruns, redes e conferências, em que são articuladas estratégias de atuação, troca de experiências e busca pela formação de uma política pública nacional efetiva, com replicação em outras esferas de governo.

Nesse cenário, o objetivo deste trabalho centra-se, basicamente, na análise a institucionalização da política de economia solidária em Mato Grosso e a relação entre diferentes sujeitos sociais nesse processo. Com base numa metodologia qualitativa, de caráter descritivo, foi possível apreender fragmentos desse cenário de expansão da economia solidária no país, especificadamente no estado³, composto por uma diversidade política, cultural e territorial. Nessa incursão, foram analisados alguns elementos de organização e difusão da economia solidária, através de um movimento nacional relativamente articulado em torno de fórum e conferências. Também, apresentadas as origens do processo de institucionalização da política de economia solidária no Brasil, seu arranjo funcional e forma de atuação.

Em Mato Grosso o movimento da economia solidária vem se organizando nos últimos

3 Mato Grosso é o terceiro maior estado da Federação, com proporções continentais: 906.806.90 km². É um dos únicos Estados brasileiros que possui parte de três dos mais importantes ecossistemas do planeta: Pantanal (10%); Amazônia (50%) e Cerrado (40%). Com área um pouco menor que a da Venezuela, é maior que os territórios da França, Itália e Holanda juntos (Mato Grosso, 2008a). De acordo com os dados mais recentes apresentados pelo Censo 2010, a população do estado de Mato Grosso é de 3.035.122 habitantes, distribuídos nos seus 141 municípios (IBGE, 2010).

anos para agregar interesses e lutar pelo desenvolvimento mais humanizado e sustentável, com geração de renda e dignidade aos trabalhadores coletivos. Um passo importante foi a criação do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/MT), uma arena privilegiada de diálogos e debates que agrega a pluralidade do movimento da economia solidária no estado. Apesar de divergências internas, o FEES está tentando superar os desafios organizativos, ideológicos e paradigmáticos, respeitando as diferenças e a diversidade inerente ao próprio movimento social. Todavia, os avanços ainda não são visíveis, uma vez que o processo de reorganização do Fórum ainda não deu os resultados esperados e continua estagnado atualmente.

Com os problemas do FEES/MT, o protagonista do movimento da economia solidária vem sendo a Rede Mato-grossense de Educação e Sócio-Economia Solidária (REMSOL). Ela incorpora as organizações articuladas ao movimento da economia solidária e conduz, junto aos parceiros, as ações que visam estabelecer um alargamento estratégico das bases políticas, sociais e econômicas para geração de trabalho e renda e, fundamentalmente, a emancipação dos sujeitos envolvidos.

Um importante agente de apoio às iniciativas de economia solidária é a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mediante projetos de pesquisa e extensão/incubação, a universidade vem participando ativamente das principais atividades referentes ao desenvolvimento local em seus principais *Campi*.

Recentemente, após longo processo de mobilização da REMSOL e da UNEMAT, o governo de Mato Grosso sancionou a Lei Estadual n. 8.936/2008, que cria a política de fomento à economia solidária. Com um projeto de lei vetado na íntegra em 2005, a rede se rearticulou e conseguiu mobilizar novamente todos os parceiros, inclusive dentro da Assembleia Legislativa, que organizou uma Frente Parlamentar da Economia Solidária.

Após mais de três anos da aprovação da lei ainda é esperada a organização de uma política pública adequada, que atenda a grande demanda do estado, extremamente carente de ações advindas do poder público na área de desenvolvimento de empreendimentos solidários. No entanto, a conquista da aprovação da lei demonstra que os movimentos sociais devem atuar junto à sociedade e participar ativamente nesse processo de construção da política de economia solidária.

No marco regulatório a maior conquista se dará caso a REMSOL, o FEES/MT e os outros sujeitos da economia solidária do estado de Mato Grosso consigam se articular, com vistas à publicação do decreto que cria o Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES). Esse espaço público poderá gerar um canal institucional de discussões e deliberações sobre a implementação da política estadual de economia solidária em suas diversas variáveis políticas, orçamentárias e estruturais. Esse desafio partirá do

empoderamento dos sujeitos sociais e as aberturas e incentivos governamentais. Nessa confluência de interesses, a economia solidária poderá se consolidar como política pública e apoiar o desenvolvimento de todas as regiões de Mato Grosso.

1. Economia solidária no Brasil

As transformações nas relações sociais e de trabalho nas últimas décadas impulsionaram o surgimento de iniciativas populares para enfrentar o desemprego. Nesse conflito entre capital e trabalho, entre a economia de mercado e a sociabilidade que a economia solidária⁴ se apresenta como um projeto de emancipação dos trabalhadores (Singer, 2003; Zart, 2004; Lisboa, 2006).

É uma economia que, em tese, se contrasta com a economia capitalista porque redefine o centro da atividade econômica, do capital para o trabalho, da maximização do lucro para o preço justo, da alienação da hiperespecialização para a politecnicidade, da competitividade abusiva para a solidariedade. Por fim, reformata a lógica econômica hoje centrada no consumismo e recoloca a economia numa dimensão social, ética, cultural, ambiental e política, apropriadamente chamada de economia solidária. “A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática” (Laville; Gaiger, 2009, p. 162).

A economia solidária é um movimento de base, não se constitui em uma proposta paternalista, tampouco assistencialista, paradoxalmente se apresenta como um movimento autogestionário que pretende a emancipação e empoderamento dos trabalhadores. É uma economia sem patrões e sem empregados.

Evidente que é preciso conhecer os constrangimentos dessa alternativa. Identificar os desafios que constituem limites e possibilidades da autogestão na alavancagem dos empreendimentos econômicos solidários (EES). Investigar e compreender a complexidade que envolve de forma polissêmica os conceitos de economia solidária e autogestão pode contribuir para ampliar essa compreensão.

Os empreendimentos econômicos solidários partilham, entre eles, lógicas fundamentais sob suas óbvias diferenças. Uma lógica fundamental é a autogestão. A autogestão, princípio da economia solidária, implica em novas relações sociais de trabalho.

4 Não é objetivo deste trabalho reconstituir historicamente a economia solidária, desde a influência dos socialistas utópicos e a experiência dos Pioneiros de Rochdale. Para adentrar essa análise, consultar Singer (2002).

A organização coletiva é a principal premissa para o modelo de gestão, que se funda na democratização das decisões e cooperação nas relações de trabalho. “A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária” (Singer, 2002, p. 21).

Os agentes sociais se tornam protagonistas de todo o processo produtivo, a partir de interações políticas e econômicas, subjetivas e práticas, dando particularidade a cada empreendimento, que traz em si, essencialmente, os elementos pertencentes à localidade, articulados com contextos mais amplos (Sguarezzi; Borges, 2011). A heterogestão fundamenta-se no princípio da unidimensionalidade, enquanto a autogestão centra-se na participação democrática e ativa dos trabalhadores no processo de tomada de decisão de seus próprios empreendimentos. No entanto, para os trabalhadores “A relação administrativa de autogestão é um mundo desconhecido com o qual precisam aprender a lidar” (Culti, 2009, p. 51-52).

Diante dessa complexidade crescem as realidades poliformes da economia solidária. Às vezes num mesmo universo esses empreendimentos comportam sentidos diferentes, pois estágios de desenvolvimento assumem diferentes configurações organizacionais. Nessa conjuntura imprevisível encontra-se a superposição de várias alternativas e tendências num mosaico variado de formas de organização desses empreendimentos.

A economia solidária não é um fenômeno recente no Brasil. As práticas nesse campo são desenvolvidas desde que grupos sociais e comunidades se organizam pra melhorarem as condições materiais e subjetivas de vida. Com o processo de redemocratização do país, nos idos de 1980, os movimentos sociais voltavam a protagonizar experiências coletivas. Experimentos de economia solidária mais pujantes surgiram como resposta dos trabalhadores, que ainda em 1990, ocupavam fábricas falidas. Foi o cenário de criação da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), com apoio do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-econômicos (DIEESE) em 1994. “Essas experiências encontravam-se dispersas e fragmentadas. A partir do momento em que surge o conceito de Economia Solidária (ES) há cerca de duas décadas, este se constitui em aglutinador, pois todas aquelas experiências e outras passam a se identificar sob a mesma identidade e se somam em torno de um amplo movimento social, o movimento da economia solidária” (Lisboa, 2006, p. 65).

Esse movimento foi ganhando corpo e as iniciativas de geração de trabalho e renda, que tem como base a forma solidária e associativa, se multiplicaram por todo país, adquirindo apoio de setores da sociedade, do poder público, de universidades e entidades de classe, os quais vêm criando organizações que se colocam como apoiadoras ou agregadoras dessas iniciativas.

O marco da atuação do movimento da economia solidária foi o Fórum Social Mundial de 2001, onde foi organizado o GT Brasileiro. De 2001 a 2003 esse GT já havia realizado três plenárias e na realização dessa última (III Plenária) foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)⁵, cujo objetivo era promover a interlocução dos empreendimentos econômicos solidários junto ao Governo Federal e outras instituições. A partir da mobilização política do FBES foi possível desenhar um cenário favorável à institucionalização da economia solidária no âmbito federal em 2003. Foi constituída, nesse contexto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária⁶, com o objetivo de formular e articular políticas de fomento à economia solidária.

O FBES passou a atuar como uma rede, construída para a afirmação da economia solidária no âmbito político e econômico, a partir de relações recíprocas, fundadas na comunicação e interação entre aqueles que participam dessa organização. O avanço da articulação política e econômica dos empreendimentos solidários, através de redes, possibilita uma integração entre entidades de apoio, políticas públicas e espaços de comercialização e consumo. As redes são formadas por consumidores, produtores e prestadores de serviços que se propõem a uma colaboração solidária (Mance, 1999).

O movimento foi se articulando e chegou, em junho de 2006, à I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES)⁷, com o tema: “Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento”. Em março de 2008, foi realizada a IV Plenária Nacional de Economia Solidária organizada pelo FBES, cujo objetivo foi “Apresentar para o Brasil uma discussão e um plano de lutas articulados e propositivos apontando para um desenvolvimento alicerçado sobre os princípios da cooperação e da solidariedade” (FBES, 2008, p. 02). Em junho de 2010 foi realizada a II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), com o tema “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”.

Outro espaço de discussão e apresentação da economia solidária foi a Campanha da

5 Atualmente no país existem Fóruns em outras esferas da Federação, tanto nos estados como nos municípios, organizados FBES. A composição dos Fóruns geralmente é integrada pelos três segmentos que atuam no campo da economia solidária: os empreendimentos da economia solidária, as entidades de assessoria e/ou de fomento, e os gestores públicos.

6 “No Brasil, é nesse governo atual - Luiz Inácio Lula da Silva - que a economia solidária passa a ser ação coletiva formalizada no aparelho do Estado, guardadas as distâncias históricas, também como uma proposição de governo, até aqui com tradições em lutas sociais em defesa do trabalho” (Barbosa, 2007, p. 93).

7 Para as Conferências Nacionais existem encontros prévios em Conferências Estaduais e Municipais, que fornecem subsídios para as discussões mais amplas e estruturantes.

Fraternidade Ecumênica 2010 (CFE), que reuniu várias igrejas de diferentes matrizes religiosas. Com o lema “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt, 6, 24), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) convocou as mais diferentes denominações religiosas para repensar os rumos da economia e da vida (Sguarezi, *et. al.*, 2010).

Esses encontros, além de se apresentarem como importantes instrumentos de consolidação de participação política⁸, vêm demonstrando que a economia solidária é um movimento relativamente organizado e com objetivos estratégicos definidos coletivamente. Além disso, passam a ser espaços fundamentais de diálogo e afirmação da necessidade de consolidação da política de economia solidária.

2. Política nacional de economia solidária

A luta pela institucionalização da economia solidária enquanto política pública está alicerçada na inclusão social via mecanismos governamentais de ação. Nessa perspectiva, o Estado deve garantir, por meio de ações efetivas, a consolidação de meios que contribuam para o desenvolvimento de alternativas de geração de trabalho e renda.

A referência a uma política de economia solidária pôde ser construída, essencialmente, a partir de 2003, quando o governo federal transformou o apoio aos empreendimentos econômicos solidários no Brasil em uma estrutura consolidada dentro do órgão responsável pela geração de trabalho e renda. Para isso, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). “[...] a criação da SENAES, que mais do que mera decisão executivo-governamental, é uma ação política pautada por todo um acúmulo de forças do movimento social e que ganhou luz suficiente para que fosse criado o espaço demandado” (Kleimann, 2005, p. 75).

Barbosa (2007) afirma que a política pública apresentada pela SANAES e institucionalizada pelo atual governo aponta para a possibilidade de uma prática pública que compõe os novos horizontes de reconceituação do trabalho parametrado pelo Estado, o qual, de fato, abre mão da responsabilização com incentivo ao assalariamento. Na verdade, a economia solidária pensada enquanto ação de Estado depende do sistema socioeconômico e político, cada vez mais totalizante para atrair as práticas sociais. Daí provém a necessidade dos atores políticos atuarem no Estado, tomando a economia solidária no contexto histórico de desigualdade e encarando o poder para se constituírem como sujeitos da mudança.

Ao longo de mais de oito anos a SENAES vem fomentando e apoiando os EES através

⁸ O FBES o contribui decisivamente para a articulação da Economia Solidária no país. Em 2006 e 2010, respectivamente, contribuiu para organizar a I e a II Conferência Nacional de Economia Solidária, junto a SENAES. Apoiou também a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária.

de ações diretas ou por meio de cooperação e convênios com outros órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações que atuam diretamente com a economia solidária. Sua atuação se dá organizada por diferentes bases, especificadamente, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária e Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, na construção e implementação da política; e Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e Conferência Nacional de Economia Solidária, em sua referência participativa.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento foi criado em 2004 a partir do acúmulo das discussões e das práticas do movimento da economia solidária, que avançaram no sentido de dar respostas concretas ao problema do desemprego e da miséria através da geração de trabalho e renda pelo viés da autogestão. As ações Programa Economia Solidária em Desenvolvimento foram incluídas no orçamento da União desde o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal 2004-2007. No PPA 2008-2011, buscando atender as demandas do movimento da economia solidária, encaminhadas pelo FBES e CONAES, e referendadas pelo CNES, procurou-se avançar no sentido de consolidar o programa, garantindo financiamento para ações mais bem organizadas.

Dentre elas se destacam os eixos de organização da comercialização e formação e assistência técnica aos EES e redes de cooperação e fomento às finanças solidárias. Para o PPA 2012-2015 dentro do Plano “Mais Brasil” essas iniciativas estão contempladas dentro de vários ministérios na intenção de garantir e promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável dentro Programas Temáticos de Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária. Essas iniciativas procuram a estruturação e a consolidação de uma política pública voltada à economia solidária na busca de sua institucionalização nas três esferas (federação, estados e municípios).

Para se garantir esse avanço é fundamental que a ação de mapeamento da economia solidária amplie e atualize a base do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)⁹, onde estão cadastrados os EES. O objetivo principal do sistema é constituir uma base nacional de informações em economia solidária; fortalecer e integrar os empreendimentos de economia solidária através de cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização; favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; subsidiar processos

9 O SIES é uma iniciativa pioneira para a identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária. Essa iniciativa tem início em 2003, quando a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, recém criados, assumiram em conjunto a tarefa de realizar um mapeamento da Economia Solidária no Brasil.

públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas de economia solidária; subsidiar os processos de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para a economia solidária. A última atualização do sistema foi o Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários realizados em todos os estados da Federação no ano de 2009.

Dentro do escopo da política pública foi criado o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS). O SNCJ organiza parâmetros, indicadores e princípios para caracterizar os EES espalhados por todo território brasileiro. Ele se pauta numa prática comercial diferenciada com valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários, onde a definição de valor do produto ou serviço, construída a partir do diálogo, da transparência e da efetiva participação de todos os agentes envolvidos na sua composição, resulte em distribuição justa dos recursos gerados.

No que se refere a participação articulada à SENAES, toda a formulação política de economia solidária parte das organizações locais, passa pelas conferências regionais e estaduais de economia solidária, e, por fim, a CONAES, como demonstrado anteriormente. Outra arena importante de formulação e debate de políticas é o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)¹⁰. Ele foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, criou a SENAES. O CNES foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Dentre as principais atribuições do CNES estão a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária.

Embora o trabalho da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) tenha alcançado êxito em várias articulações, inclusive interministeriais, o movimento da economia solidária tem enfrentado limitações no sentido de ampliar sua importância dentro da estrutura burocrática estatal. Por uma deliberação da II CONAES foi proposto a criação de um Ministério da Economia Solidária, mas o movimento não conseguiu se projetar para conquistar nem mesmo uma Secretaria Especial de Economia Solidária - *status* independente e com orçamento próprio.

Se a política de economia solidária encontra dificuldades de consolidação na esfera nacional, nos estados e municípios esse processo é ainda mais problemático. Contudo, onde existe uma política específica os gestores ligados a ela vêm integrando a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária. Ela é uma articulação voltada

10 O CNES foi composto por 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária.

ao intercâmbio de experiências, interação e discussão, com a finalidade de promover condições de criação e implementação de políticas públicas a partir da visão governamental. Isso não significa que o fator gerador das proposições esteja desvinculado às demandas de trabalhadores, que buscam fortalecer suas organizações. O engajamento dos gestores pode possibilitar a construção de uma agenda de ações compartilhada e ser uma das bases de fortalecimento dos EES.

O apoio do Legislativo também pode ser uma estratégia importante. No Congresso Nacional foi lançada, no mês maio de 2011, a Frente Parlamentar Mista da Economia Solidária, da qual participam um grupo de 213 deputados e senadores. Já existem estados e municípios que constituíram suas frentes parlamentares, o que indica que há uma tendência de se criar um marco legal para essa alternativa econômica. Essa articulação foi realizada dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que criou, em 2008, a Frente Parlamentar de Economia Solidária em 2008, visando apoiar a um a criação de uma política estadual, desencadeada anos antes pela articulação entre o movimento da economia solidária e a universidade pública do estado.

3. Política de economia solidária em Mato Grosso

A articulação entre a Universidade e o movimento estadual

O apoio das Universidades, através de articulações como a Rede Interuniversitária de Estudos do Trabalho (UNITRABALHO) e a rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), torna-se imprescindível para o processo de consolidação da economia solidária, criando e fomentando núcleos de pesquisa e extensão, através das incubadoras, projetos de iniciação científica, cursos de formação e parcerias que possibilitam construir diretrizes para o desenvolvimento de empreendimentos solidários compatíveis com as realidades locais.

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) iniciou o processo de apoio ao desenvolvimento da economia solidária de forma mais aberta e dinâmica, a partir de 2003, por ocasião da organização e realização do I Encontro Mato-grossense de Educação e Sócio-Economia Solidária (EMESOL)¹¹.

Procurando aproximar a universidade dos movimentos sociais a UNEMAT criou o Programa Institucional de Educação e Sócio-Economia Solidária da Universidade do Estado de Mato Grosso (PIESES). Através desse programa, a UNEMAT executou o Curso de Agronomia para Movimentos Sociais do Campo, com ênfase em agroecologia e economia solidária; ofertou pós-graduações *lato sensu* em: Economia Solidária, Gestão de Cooperativas, e Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo - Residência

11 O EMESOL, em 2011, realizou sua VI Edição. Uma ação resultante desses encontros é a publicação de livros da Série Sociedade Solidária, que já está na produção do Volume VII.

Agrária; também foi realizado um curso de capacitação em economia solidária para lideranças comunitárias. Essas ações são executadas pelos núcleos locais da UNEMAT-UNITRABALHO¹².

O Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO é formado por 07 (sete) Núcleos Locais, que agregam pesquisadores, estagiários e técnicos organizados em cada *Campi*. Com origem nesses núcleos e a partir de financiamento governamental, foi criada a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES). A estrutura da incubadora congregava os sete núcleos de incubação em funcionamento (Cáceres, Tangará da Serra, Sinop, Alta Floresta, Colíder, Barra do Bugres e Nova Xavantina). Hoje são 06 (seis) núcleos, porque o *Campus* de Tangará da Serra constituiu uma incubadora própria, Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS).

A variedade dos projetos de ensino, pesquisa e extensão assumidos pela UNEMAT demonstra o comprometimento científico e social, mediante um quadro de crescente organização de empreendimentos solidários em todo o estado. Esse diálogo responde à grande demanda por atividades dessa natureza num espaço eminentemente público. “A universidade é, assim, a ponta de lança condutora de um projeto social e epistemológico capaz de superar as delinquências socioeconômicas, ecológicas e políticas nas relações e nas estruturas sociais. Para a consecução desses objetivos faz-se mister que a universidade seja aberta, dialógica, problematizadora” (Zart, 2006, p. 32-33).

Além de pertencer à rede universitária UNITRABALHO, a universidade é importante membro e articuladora da Rede Mato-grossense de Educação e Sócio-Economia Solidária (REMSOL) e vem participando, menos intensivamente, do conturbado Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/MT).

Uma das principais articulações de movimentos sociais de Mato Grosso é a REMSOL. Compõem a Rede: empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, organizações não governamentais, sindicatos, Federação de sindicatos, Centrais sindicais, movimentos sociais e instituições de ensino, que tenham compromisso com o construto filosófico da sociedade solidária, embasado na ética da cooperação, da interação, da colaboração e da sustentabilidade. Ela surgiu pelos esforços de intelectuais, membros de empreendimentos solidários e entidades de apoio. A REMSOL foi criada em agosto de 2003 e fundada como Fórum Estadual de Sócio-economia Solidária, como um dos resultados do I EMESOL.

Por iniciativa da SENAES foi convocada reunião para criação de um Fórum Estadual em 2004, à revelia da organização já existente. Mesmo após tentativas de sensibilização

12 A Regional Centro-Oeste, que engloba o estado de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, tem coordenação da UNEMAT, em Cáceres.

não foi possível contornar tal situação. Assim, a articulação foi incorporada ao novo Fórum de Economia Solidária, nos moldes disseminados pelo FBES. “A partir destes fatos a articulação existente passou a ser uma rede e assumiu a denominação de RE-MSOL - Rede Mato-grossense de Educação e Sócio-economia Solidária e a Rede passou a enviar um representante para as reuniões do fórum estadual. Em 2004 este nome se oficializa no II EMESOL” (Vailant, 2009, p. 02).

Em Mato Grosso, o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/MT) começou a se articular entre 2003 e 2004. Nesse primeiro momento, o Fórum foi organizado por instituições como a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pelos empreendimentos econômicos solidários da Baixada Cuiabana - a capita Cuiabá e municípios circunvizinhos. Contudo, era a Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso (DRT-MT) que liderava o processo. Entre 2005 e 2009, a REMSOL assumiu a articulação do Fórum no Estado, com problemas de relacionamento entre as regiões da capital e interior.

As reuniões, por serem em Cuiabá, tinham maior participação das instituições e dos empreendimentos da Baixada Cuiabana e, acompanhando essa perspectiva, a maioria desses participantes acreditava que o FEES/MT se resumia a esses sujeitos. Esse foi um dos embates¹³ estabelecidos entre o FEES/MT e a REMSOL, a qual propõe a participação e representação devida do movimento da economia solidária de todas as regiões interioranas.

As lideranças vêm manifestando conhecimento das divergências e partilhando a necessidade do processo chegar até a base, ou partir dela. Isso foi iniciado a partir da realização das conferências preparatórias para a II CONAES em 2010. Em Mato Grosso foram realizadas 08 (oito) Conferências Territoriais/Regionais preparatórias para a II Conferência Estadual de Economia Solidária. Durante a mobilização e realização das conferências houve a possibilidade de convergência em torno de pontos mínimos que deveriam constituir a rearticulação do FEES/MT. Isso era importante, pois os fóruns são laboratórios de construção coletiva, espaços de aprendizado e troca de experiências, que são passíveis de recuos, mas também de possibilidades.

Em abril de 2011 ocorreu uma reunião que propôs a reorganização do FEES/MT. De acordo com a orientação da IV Plenária do FBES, a comissão tinha 90 (noventa) dias para articular a organização do Fórum, inclusive apresentar uma proposta de regimento e uma assembleia geral para a discussão e aprovação, além da eleição da coordenação executiva. O prazo expirou e a comissão não encaminhou esse processo, continuando enfraquecido dentro o movimento estadual de economia solidária.

São várias as divergências e os problemas que prejudicam o funcionamento do FEES/

13 O espaço de construção da autogestão é um espaço de solidariedade, mas, paradoxalmente, contém disputas intrínsecas.

MT, bem como o diálogo entre os sujeitos da economia solidária. Dessa maneira, a REMSOL e a UNEMAT passaram a liderar a mobilização no estado. Foram agentes de maior relevância na integração de esforços para reorganizar o movimento da economia solidária, principalmente no processo de articulação pela construção do Projeto de Lei da política estadual de economia solidária entre 2004 e 2005. Com aprovação na Assembleia Legislativa, esse Projeto de Lei foi rejeitado completamente pelo governo, implicando em novas lutas para reapreciação do projeto de instituição da política pública em Mato Grosso.

Dessa forma, os esforços integrados entre os movimentos sociais dentro da REMSOL, a UNEMAT e deputados na Assembleia Legislativa, possibilitaram a mobilização de sujeitos em diferentes regiões do estado, o que significou uma maximização de forças para a aprovação, em 2008, da lei que criou a política estadual de economia solidária.

4. O processo de institucionalização

A política nacional de economia solidária possui ramificações nos estados brasileiros através das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), que são responsáveis pela aplicação das diretrizes nacionais e elaboração de estratégias relacionadas com os contextos em que estão inseridas. Mas atualmente a SENAES tem procurado um diálogo direto com os sujeitos da economia solidária.

O “Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Estado de Mato Grosso”, de 2009, que ainda não foi concluído por problemas técnicos, é um exemplo dessa política. Financiado pela SENAES e de responsabilidade do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) o mapeamento ficou à cargo da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Autogestão e Participação Acionária (AN-TEAG), que no Mato Grosso é representada pela Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP)¹⁴, e não teve interferência da SRTE de Mato Grosso.

Mato Grosso é um estado que enfrenta, como na maioria do país, problemas de desemprego e subemprego, apresentando quadros preocupantes de miserabilidade. Sua grandeza nos aspectos territorial, sua localização, sua diversidade ambiental, sua heterogeneidade cultural resultante de sua ocupação territorial não esconde suas mazelas sociais, que exigem um redirecionamento do seu projeto de desenvolvimento. Uma ação na contramão dessa possibilidade foi o veto do Governador de Estado, em 2005, da lei já aprovada pela Assembleia Legislativa que instituiu a “Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Mato Grosso”.

Esse veto acarretou protestos e indignação daqueles que necessitam diretamente da ação estatal para fomentar seus empreendimentos e poderem gerar renda em suas

14 A ABHP teve sua primeira sede criada em Cuiabá, em 1996.

localidades. Entretanto foi uma oportunidade de rearticulação da REMSOL, que adentrou a arena política na sociedade e dentro do próprio estado, via relacionamento com a Assembleia Legislativa.

Devido ao veto e à rejeição do governo, começou um amplo debate dentro da Assembleia - processo de revisão do projeto de lei e criação de uma Frente Parlamentar da Economia Solidária - e na sociedade via mobilização da REMSOL. A relação da REMSOL com o novo autor do projeto de lei permitiu a organização de audiências públicas nos principais pólos de Mato Grosso.

As cidades que receberam a audiência pública da Assembleia Legislativa foram Cáceres, Tangará da Serra, Sinop e a capital Cuiabá - incluindo a cidade conurbada de Várzea Grande). Essas audiências tiveram a UNEMAT como importante agregadora das entidades de apoio e empreendimentos solidários. Foi debatido amplamente o projeto de lei, que ganhou uma conotação social mais ampla, com legitimidade dos mais variados grupos que integram o movimento da economia solidária no estado. Com isso, o peso político na votação em plenário foi bem maior que no projeto anterior, mitigando qualquer descaracterização do mesmo pelos parlamentares presentes nas discussões internas (comissões) e na apreciação final.

Aprovado pelos deputados restava a análise do governador, que pressionado por todo o contexto social e político sancionou a Lei n. 8.936 de 17 de julho de 2008, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária. Porém, cinco artigos foram vetados por vício de iniciativa, pois estabeleciam algumas ações que são de competência regulamentadora do Executivo como a prioridade na obtenção de incentivos e a criação de um Conselho Estadual de Economia Solidária.

Uma importante questão foi a articulação dentro da Assembleia Legislativa da Frente Parlamentar de Economia Solidária, aprovada pela Resolução n. 954, de 09 de setembro de 2008. Com mais de três anos da aprovação da Lei e da criação da Frente Parlamentar, não houve nenhuma ação concreta de criação de uma estrutura administrativa e técnica para implementação da política e a destinação orçamentária para atender à demanda estadual.

Dessa maneira, as medidas fomentadoras tão esperadas pelos empreendimentos de economia solidária carecem da implantação de programas executivos viabilizados dentro do governo. E isso só se dará na medida em que o movimento da economia solidária se organize e seja protagonista do processo de conflito e negociação com o estado.

A UNEMAT, através PIESES e dos Núcleos locais UNEMAT/UNITRABALHO, junto à REMSOL, deflagrou em 2010 um processo de mobilização junto aos sujeitos da economia solidária, mas não obteve êxito por causa das eleições. Foi um ano em que os militantes se envolveram nas campanhas políticas e direcionaram suas energias nesse sentido e na organização da II CONAES.

Na preparação da II CONAES em Mato Grosso, foram realizadas oito Conferências Territoriais/Regionais¹⁵ preparatórias para a II Conferência Estadual de Economia Solidária. As regiões foram assim distribuídas: Cuiabá; Cáceres; Colíder; Poconé, Tangará da Serra; Rondonópolis; São Félix do Araguaia; Juína (MTE, 2010). Durante a realização das conferências regionais e no processo de mobilização para a conferência estadual, o movimento da economia solidária tentou articular o debate com o governo de Mato Grosso, que havia lançado o Decreto n. 2.433/2010, que regulamenta a Lei de Economia Solidária. As reivindicações eram amplas, mas a principal delas dizia respeito à alteração do Art. 5º do Decreto, para a substituição do Comitê Estadual de Economia Popular Solidária pelo Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES).

A criação de um comitê estadual ficaria muito aquém das atribuições de um conselho, uma vez que sua abrangência é restrita a uma demanda específica. Ele geralmente representa um papel dado a uma comissão, retirada de um grupo maior para tomar algum tipo de decisão pontual. O comitê tem um caráter representativo eventual, diferentemente de um conselho, que possui perenidade e atribuições legalmente constituídas. Para além dessas características jurídicas, os conselhos representam um dos principais marcos participativos do ciclo mobilizatório posterior aos anos de 1980. Suas atribuições institucionais e sua composição híbrida os transformam em espaços deliberativos bastante importantes na atualidade (Avritzer, 2000). Na contramão, a proposta de ampliação da participação política através da criação do CEES foi engavetada pela Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS).

Apesar da REMSOL entender que a Assembleia Legislativa é uma parceira estratégica na consolidação dessa política pública, não foi possível mobilizar a Frente Parlamentar da Economia Solidária na Assembleia Legislativa e dialogar sobre lugar institucional da economia solidária no governo do estado de Mato Grosso. Isso torna preocupante a capacidade de mobilização em rede entre os movimentos sociais e os parlamentares.

A SETECS - que teve nome alterado para Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS) - no final de 2010 deixou de ser o órgão de governo responsável pela gestão da economia solidária e passou essa responsabilidade para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (SEDER), renomeada para Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEDRAF)¹⁶.

15 A divisão dos territórios está disposta conforme a convocação das conferências regionais preparatórias para a II CONAES realizada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/MT) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

16 A transformação de SEDER em SEDRAF foi a resposta do atual governador a sua promessa de campanha de criar a Secretaria Estadual de Agricultura Familiar ao movimento da agricultura familiar liderado pela REMSOL. Entretanto foram conservadas as bases políticas e administrativas da antiga SEDER em novas roupagens.

A saída da economia solidária da SETECS para a SEDRAF inicialmente criou animosidades internas que logo foram superadas, o que permitiu a retomada do diálogo e, em maio de 2011, a SEDRAF chamou a primeira reunião com os sujeitos da economia solidária para tratar do assunto. Nessa reunião foram criados dois Grupos de Trabalho (GT). O GT1 ficou denominado de GT de criação do CEES, e o GT2 ficou denominado de GT de levantamento das políticas públicas de economia solidária em Mato Grosso. Além disso, o coletivo reunido assumiu o compromisso de se encontrar todas as quintas-feiras para realizar estudos, apresentar resultados e avaliar os encaminhamentos. Essas reuniões foram denominadas de 5^{as} (Quintas) Solidárias.

A primeira 5^a Solidária aconteceu no mesmo dia foi publicado o Decreto n. 345/2011, que altera o Decreto n. 2433/2010. O referido decreto trazia praticamente a mesma redação do decreto anterior, ou seja, não revogava nada, nem criava nada. Apesar disso, a articulação para a implantação da política pública de economia solidária foi retomada. Os esforços da REMSOL e de outros sujeitos da economia solidária, principalmente na lógica da política nacional de economia solidária apresentada pelo governo federal através da SENAES, fez com que o governo estadual retomasse as discussões.

Apesar das barreiras, a consolidação da política pública de economia solidária continua sendo um desafio a ser enfrentado em Mato Grosso. As discussões internas e os enfrentamentos com o governo demonstram como o movimento está tentando adentrar espaços públicos e garantir que a política estadual adquira uma estrutura administrativa própria, recursos orçamentários e, principalmente, entendimento sobre os princípios teóricos e práticos da economia solidária. Contudo, a consolidação de uma política pública com essa amplitude está atrelada na capacidade de autogestão e invenção sociopolítica, para que os empreendimentos econômicos solidários existentes não criem relações de dependência, e sim relações de convergência de interesses, e de projetos de desenvolvimento e autonomia dos trabalhadores.

5. Considerações Finais

A economia solidária surge como uma resposta dos movimentos sociais para minimizar os impactos da exploração capitalista através da geração de trabalho e renda via a organização autogestionária dos trabalhadores. Essas transformações sociais e econômicas das últimas três décadas afetaram o Brasil de forma significativa; o estado de Mato Grosso não ficou imune a essas mudanças.

Diante disso, o movimento da economia solidária, junto a entidades de apoio e fomento, vem pleiteando espaço na agenda pública para construção de políticas que fomentem os diversos tipos de empreendimentos econômicos solidários existentes. Porém, cabe ao movimento ampliar o debate político junto a sociedade. Se junto

aos governos ditos progressistas - Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff - o Estado não assumiu essa agenda, evitando criar uma Secretaria Especial¹⁷ e um Ministério da Economia Solidária, urge a estratégia ser repensada.

A institucionalização de uma política de economia solidária em Mato Grosso vem enfrentando grandes desafios, mas ao mesmo tempo tem superado limites que antes eram considerados intransponíveis. Além de impulsionar a luta, essas conquistas, que se apresentam aos empreendimentos econômicos solidários no estado, têm motivado os sujeitos da economia solidária a continuar os debates e confrontos com o poder público. Muitas vezes os próprios limites, que se constituem em desafios a serem superados, contraditoriamente comportam as possibilidades de transformação.

Bibliografia

- Avritzer, Leonardo (2000). Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova*, n. 50, p 25-46.
- Barbosa, Rosângela N. C. (2007). *A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Brasil (2011). *Projeto de Lei n. 865, de 31 de março de 2011*. Altera a Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- Culti, Maria N. (2009). Economia solidária: desafios e expectativas. In: Zart, Laudemir; L. Sguarezzi, Sandro; B. Luconi Jr, Wilson; Laforga, Gilmar. (Orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária: processos organizacionais socioeconômicos na economia solidária*. Série Sociedade Solidária (Vol. 3). Cáceres: Editora Unemat.
- FBES (2008). Fórum Brasileiro de Economia Solidária. *IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Documento-Base Nacional*. Brasília: Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
- IBGE (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Brasília: IBGE.
- Kleimann, Fernando (2006). A economia solidária como política pública no Governo Lula. In: Zart, Laudemir L.; Santos, Josivaldo C. (Orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária*. Interação Universidade-Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres: Editora Unemat.
- Laville Jean-Louis; Gaiger, Luiz I. (2009). Economia solidária. In: Cattani, Antonio D.; Laville Jean-Louis; Gaiger, Luiz I.; Hespanha, Pedro (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina.

17 No dia 31 de março de 2011, o governo federal apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 865, que altera a Lei n. 10.683, propondo a criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa. Nesta proposta, as atribuições relacionadas à economia solidária, hoje no MTE, assim como o CNES e toda a estrutura e cargos da Secretaria Nacional de Economia Solidária, seriam transferidos para a nova Secretaria.

- Lisboa, Armando M. (2006). Significado e perspectivas da economia solidária. In: Zart, Laudemir L.; Santos, Josivaldo C. (Orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária*. Interação Universidade-Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres: Editora Unemat.
- Mance, Euclides A. (1999). *A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mato Grosso (2008a). *Extensão territorial*. Cuiabá: Secretaria de Estado de Planejamento.
- Mato Grosso (2008b). *Lei n. 8.936, de 17 de julho de 2008*. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária. Cuiabá: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.
- Mato Grosso (2008c). *Resolução n. 954, de 09 de setembro de 2008*. Dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso/Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.
- Mato Grosso (2010). *Decreto n. 2.433, de 10 de março de 2010*. Regulamenta a Lei nº 8.936, de 17 de julho de 2008, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.
- Mato Grosso (2011). *Decreto n. 345, de 19 de maio de 2011*. Altera o Decreto n. 2433, de 10 de março de 2010, que regulamenta a Lei n. 8936, de 17 de julho de 2008, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.
- Schwengber, Ângela M. (2005). Políticas Públicas de Economia Solidária e Gestores Públicos. *Mercado de Trabalho/IPEA*, Brasília, nº 28, set., p. 05-07.
- Sguarezi, Sandro B.; Lima, Ana M.; Froelich, Anderson G.; Pereira Filho, José; Mattos, Jorge L. S.; Laforga, Gilmar (2010). Universidade e movimentos sociais: interfaces na perspectiva da agroecologia e da economia solidária. *Anais do IV Fórum de educação e diversidade: Diferentes (des) iguais e desconectados*. Tangará da Serra: Unemat.
- Sguarezi, Sandro B.; Borges, Juliano, L. (2011). Modernidade e utopia: economia solidária e o paradigma emergente. In: Sguarezi, Sandro B.; Borges, Juliano, L. *Educação e sócioeconomia solidária: práxis educacional e desenvolvimento social*. Série Sociedade Solidária (Vol. 5). Curitiba: Editora CRV; Cáceres: Editora Unemat.
- Singer, Paul (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Singer, Paul (2003). Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, Paul.; Souza, André. R. (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Vailant, Clóvis (2009). *Histórico da REMSOL - Rede Mato-grossense de Educação e Sócio-economia Solidária*. Cáceres: Documento REMSOL.

- Zart, Laudemir L. (2004). As possibilidades de construir uma sociedade alternativa: a sócio-economia solidária. In.: Zart, Laudemir L. (Org.). *Educação e sócio-economia solidária*. Paradigmas de conhecimento e de sociedade. Série Sociedade Solidária (Vol. 1). Cáceres: Editora Unemat.
- Zart, Laudemir L. (2006). Possibilidades de fazimento da Universidade: características e opções entre a globalização e a planetariedade. In: Zart, Laudemir L.; Santos, Josivaldo C. (Orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária*. Interação Universidade-Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres: Editora Unemat.